



ENCERRADO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

36513

IBICT/DMAP

DOCUMENTO: 01210.000743/2013-08

REGISTRO: 24/04/2013

INTERESSADO:

COORDENAÇÃO DE EDITORAÇÃO

CLASSIFICAÇÃO ARQUIVÍSTICA: 800.1 - A CLASSIFICAR

ASSUNTO:

SERVIÇOS GRAFICOS.



CÓDIGO:

MOVIMENTAÇÕES

VOLUME Nº: 01

PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA: 03/2013

TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO

DATA DE ABERTURA: 28/5/2013

HORÁRIO: 9:30H

A	CÓDIGO	DATA
		/ /
		/ /
		/ /
		/ /
04		/ / 18
05		/ / 19
06		/ / 20
07		/ / 21
08		/ / 22
09		/ / 23
10		/ / 24
11		/ / 25
12		/ / 26
13		/ / 27
14		/ / 28

AS MOVIMENTAÇÕES DEVERÃO SER COMUNICADAS AO PROTOCOLO



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - MCTI
INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA – IBICT
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2013

SUMÁRIO

1.	DO OBJETO	2
2.	DA RETIRADA DO EDITAL	2
3.	DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	3
4.	DO CREDENCIAMENTO	3
5.	DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO	3
6.	DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	4
7.	DO ENVIO DA PROPOSTA	6
8.	DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES	6
9.	DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA	7
10.	DA HABILITAÇÃO	8
11.	DO ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO	11
12.	DAS MICROEMPRESAS-ME OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE-EPP	12
13.	DO PRAZO, LOCAL E FORMA DE ENTREGA	12
14.	DO RECEBIMENTO	12
15.	DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO	12
16.	DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DA CONTRATADA	12
17.	DO REAJUSTE	12
18.	DO PAGAMENTO	12
19.	DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS	12
20.	DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	13
21.	DOS RECURSOS	13
22.	DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO	14
23.	DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE	14
24.	DO FORO	15
25.	DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	15



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - MCTI
INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA – IBICT
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO

EXCLUSIVO PARA ME/EPP/SOCIEDADES COOPERATIVAS

Processo Administrativo n.º: 01210.000743/2013-08

A União, por intermédio do **INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA – IBICT** torna público para conhecimento dos interessados, que por meio da Divisão de Material e Patrimônio, sediada no Setor de Autarquias Sul, quadra 05, lote 6, Bloco H, Sala 301, na cidade de Brasília/DF, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 10.520/2002, Decretos nº 5.450/2005, 6.204/2007 e, Lei Complementar nº 123/06, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666/1993, e as exigências estabelecidas neste Edital.

TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO POR ITEM
FORMA DE FORNECIMENTO: INTEGRAL
ADJUDICAÇÃO: POR ITEM
DATA: 28/05/2013.
HORÁRIO DE ABERTURA: 09:30 horas.
ENDEREÇO: <http://www.comprasnet.gov.br>

1. DO OBJETO

- 1.1. Contratação de empresa especializada em prestação de serviços gráficos, conforme especificações constantes do Termo de Referência, Anexo I deste Edital.
- 1.2. Em caso de divergência entre as especificações do objeto descritas no [comprasnet](http://www.comprasnet.gov.br) e as especificações técnicas constantes no Termo de Referência – Anexo I, o licitante deverá obedecer a este último.

2. DA RETIRADA DO EDITAL

2.1. A cópia deste Edital poderá ser obtida na Divisão de Material e Patrimônio, do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, situada no SAS Quadra 05 - Bloco "H", lote 06, Sala 301, Brasília - DF, de segunda a sexta-feira, no horário compreendido entre 09hs e 11h30 e 14h e 17h30, mediante a apresentação de GRU quitada no valor de R\$ 0,05 (cinco centavos) a cópia da página, que poderá ser obtida por intermédio do sítio <http://www.ibict.br> clicando no link GRU localizado na parte inferior da página. Será necessário o preenchimento dos dados obrigatórios solicitados no formulário. (Unidade Favorecida: 240121; Gestão: 00001 Código de Recolhimento nº 28.830-6). Será



gratuita a retirada deste Edital por meio dos sítios abaixo, observados os procedimentos ali previstos:

- a) Será gratuita a retirada deste Edital por meio do sítio www.comprasnet.gov.br.

3. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1. As despesas decorrentes da presente Licitação correrão por conta dos recursos do IBICT, no Elemento de Despesa 33.90.39, e sua vinculação ocorrerá no momento da aquisição.

4. DO CREDENCIAMENTO

4.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

4.2. O cadastro no SICAF poderá ser iniciado no Portal de Compras do Governo Federal – Comprasnet, no sítio www.comprasnet.gov.br, com a solicitação de login e senha pelo interessado.

4.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

4.4. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema, ou ao órgão ou entidade responsável por esta licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.5. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverá ser comunicada imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

5. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

5.1. Poderão participar deste Pregão as licitantes cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam Credenciadas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no §3º do artigo 8º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010.

5.2. A participação nesta licitação é restrita às Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Sociedades Cooperativas, nos termos da Lei Complementar nº 123/06.

5.2.1. Os licitantes deverão apresentar declaração, sob as penas da lei, de que cumprem os requisitos legais para a qualificação como microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparado, estando aptos a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da referida Lei Complementar (art. 11 do Decreto nº 6.204, de 5 de setembro de 2007).

5.2.1.1. A declaração acima exigida deverá ser manifestada em campo próprio do sistema como condição de participação.

5.3. Não poderão participar desta licitação as licitantes indicadas no item acima que estejam nas seguintes condições:

5.3.1. Declaradas suspensas de participar em licitações ou impedidas de contratar com a União ou com o MCTI/IBICT, nos termos do inciso III do art. 87 da Lei nº 8.666/93 ou do art. 7º da Lei nº 10.520/2002;

5.3.2. Declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, nomeadamente aquelas inscritas no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

5.3.3. Que estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, em processo de dissolução ou liquidação;

5.3.4. Quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993.

5.3.5. Que possua em seu quadro societário Cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, de servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação;

5.3.6. Na hipótese do subitem 5.3.5 a restrição poderá ser afastada caso comprovada, no caso concreto, a ausência de ofensa aos princípios da isonomia, impessoalidade e moralidade.

5.4. Como condição para participação no Pregão, a licitante deverá assinalar “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

5.4.1. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;

5.4.2. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

5.4.3. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

5.4.4. Que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 16 de setembro de 2009.

6. DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

6.1. Esta contratação observará as orientações e normas voltadas para a sustentabilidade ambiental, prevendo, inclusive, as recomendações quanto à responsabilidade do fornecedor pelo recolhimento e descarte do material.

6.2. Os produtos especificados acima deverão estar de acordo com a Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento e Gestão, prevendo, no que se aplicar:



- a) Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;
- b) Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO com produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
- c) Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;
- d) Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva ROHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenilpolibromados (PBDES);
- e) Que sejam utilizados produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;
- f) Que sejam adotadas medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;
- g) Que seja observada a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;
- h) Realize a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006;
- i) Respeite as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;
- j) Preveja a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999;
- k) Conforme prevê o art. 33 da lei de Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305 de 2 de agosto de 2010), ficam obrigados os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes a estruturar e implementar sistemas de Logística Reversa, mediante retorno dos produtos após o uso pelo consumidor, de forma independente do serviço público de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos, de Produtos Perigosos; e
- l) Observar o Decreto Federal nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010, o qual prevê que os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes dos produtos e embalagens, deverão estruturar e implementar sistemas de logística reversa, mediante o retorno dos produtos e embalagens após o uso pelo consumidor.

7. DO ENVIO DA PROPOSTA

7.1. O encaminhamento das propostas terá início com a divulgação do aviso de licitação nos sítios www.comprasnet.gov.br, até a hora e data para a abertura da sessão, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas, exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

7.2. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

7.3. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7.4. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.

7.5. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

7.5.1. Valor;

7.5.2. Descrição detalhada do objeto;

7.6. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

7.7. Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, encargos tributários, comerciais, impostos, taxas, fretes, seguros e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente sobre o valor da contratação.

7.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

8. DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e locais indicados neste Edital.

8.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

8.2.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes e em conformidade com o art. 22 § 2º e art. 23 do Decreto 5.450/2005.

8.2.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

8.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

- 8.4.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagem entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 8.5.** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 8.6.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, em quantos itens forem de seu interesse, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.
- 8.7.** O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 8.8.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 8.9.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 8.10.** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 8.11.** Se a desconexão perdurar por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes.
- 8.12.** A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do Pregoeiro. O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 8.13.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.

9. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

- 9.1.** Encerrada a etapa de lances e depois da verificação de possível empate, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar para fim de aceitação.
- 9.1.1.** Caso seja identificada a participação de licitante declarada impedida de licitar ou contratar com a União ou com o MCTI/IBICT, a proposta será imediatamente recusada, nos termos do Acórdão TCU 3171/2011 - Plenário, sem prejuízo das penalidades cabíveis.
- 9.2.** O Pregoeiro examinará a proposta ou o lance classificado em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para a contratação, devidamente justificado. Será desclassificada a oferta com valor unitário (por item) superior ao máximo estimado pela Administração, que apresentar preço excessivo ou manifestamente inexequível, assim considerado aquele que não venha a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos são coerentes com os de mercado.

9.3. Para efeito de aceitabilidade da menor proposta ou menor lance, considera-se manifestamente inexequível, aquele que, comprovadamente, for insuficiente para a cobertura dos custos decorrentes da contratação.

9.4. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.5. Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, não sendo possível a sua imediata desclassificação por inexequibilidade, será obrigatória a realização de diligências para o exame da proposta.

9.6. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

9.7. Se a proposta ou lance de menor valor não for aceitável, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

9.8. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando a nova data e horário para a continuidade.

9.9. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

9.9.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

9.9.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

10. DA HABILITAÇÃO

10.1. O Pregoeiro consultará o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista e à qualificação econômico-financeira.

10.1.1. Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões, especialmente quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF.

10.1.2. Caso o Pregoeiro não logre êxito em obter a certidão correspondente através do sítio oficial, o licitante será convocado a encaminhar documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas, conforme estatui o art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

10.2. Os licitantes que não estiverem cadastrados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF além do nível de credenciamento exigido pela Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010, deverão apresentar documentação nas condições seguintes:

10.2.1. Habilitação jurídica:

- 10.2.1.1. No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis;
- 10.2.1.2. Em se tratando de sociedades comerciais, contrato social ou estatuto em vigor, devidamente registrado, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- 10.2.1.3. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- 10.2.1.4. Inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

10.2.2. Regularidade fiscal e trabalhista:

- 10.2.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- 10.2.2.2. Prova de regularidade com a Fazenda Nacional (certidão conjunta, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, quanto aos demais tributos federais e à Dívida Ativa da União, por elas administrados, conforme art. 1º, inciso I, do Decreto nº 6.106/07);
- 10.2.2.3. Prova de regularidade com a Seguridade Social (INSS);
- 10.2.2.4. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- * 10.2.2.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. CAUT

10.2.3. Qualificação econômico-financeira:

- * 10.2.3.1. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede do licitante;
- 10.2.3.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

10.2.3.2.1. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

10.2.3.2.2. Estejam ou não cadastradas no SICAF, as empresas que apresentarem resultado igual ou menor que 1 (um) nos Índices de Liquidez Geral (LG), de Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) deverão comprovar que possuem patrimônio líquido não inferior a 10% (dez por cento) do valor estimado do(s) item(ns) para o(s) qual(is) concorre, nos termos do art. 31, § 3º, da Lei 8.666/93 c/c art. 44 da Instrução Normativa SLTI/MP nº 02, de 11.10.2010.

10.2.4. Habilitação exclusiva para Sociedades Cooperativas, conforme o caso:

10.2.4.1. Relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§ 2º a 6º da Lei nº 5.764, de 1971;

10.2.4.2. Declaração de Regularidade de Situação do Contribuinte Individual – DRSCI de cada um dos cooperados relacionados;

10.2.4.3. Comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução do objeto;

10.2.4.4. Registro previsto na Lei 5.764, art. 107;

10.2.4.5. Comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

10.2.4.6. Ata de fundação;

10.2.4.7. Estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

10.2.4.8. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia que os aprovou;

10.2.4.9. Editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

10.2.4.10. Três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

10.2.4.11. Ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação; e

10.2.4.12. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou uma declaração,

sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

10.3. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

10.4. Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação fiscal, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

10.5. A não regularização da documentação implicará decadência do direito à adjudicação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 7º da Lei 10.520/2002, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

10.6. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

11. DO ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO

11.1. A proposta vencedora, ajustada ao lance dado, e os documentos exigidos para habilitação serão imediatamente encaminhadas ao Pregoeiro pelo sistema Comprasnet, através da opção Acesso Seguro > Login e Senha > Serviços aos Fornecedores > Pregão Eletrônico > Enviar Anexo, no prazo máximo de 2 (duas) horas contados a partir da convocação, sob pena de recusa da proposta.

11.1.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceito pelo Pregoeiro.

11.1.2. Eventualmente, desde que solicitado e autorizado pelo Pregoeiro via chat, os documentos exigidos no subitem 11.1 poderão ser apresentados via fac-símile (fax) número (61) 3217-6499, ou via e-mail licitacoes@ibict.br, no prazo de 2 (duas) horas. Posteriormente, serão remetidos em original, por qualquer processo de cópia reprográfica, autenticada por tabelião de notas, ou por servidor da Administração, desde que conferido(s) com o original, ou publicação em órgão da imprensa oficial, para análise, no prazo de 3 (três) dias úteis, prorrogáveis por igual período – desde que solicitado e justificado pelo adjudicatário e aceita pela Administração, após a Adjudicação no sistema eletrônico sob pena de ser considerada desistente, convocando-se a segunda colocada, sem prejuízo das sanções estabelecidas neste Instrumento.

11.1.3. Após a convocação da proposta e documentação pelo sistema eletrônico, a licitante que, injustificadamente, não encaminhá-las no prazo estabelecido, caracterizando a não manutenção de sua proposta, se sujeitará à aplicação da penalidade de impedimento de licitar e contratar com a União e, será descredenciada no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das demais cominações legais, conforme estabelecido no Art. 7º da Lei 10.520/2002.



11.2. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

12. DAS MICROEMPRESAS-ME OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE-EPP

12.1. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação no certame licitatório, deverão observar as normas da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, bem como o estabelecido neste Edital, na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, no Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005 e no Decreto nº 6.204, de 05 de setembro de 2007, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

13. DO PRAZO, LOCAL E FORMA DE ENTREGA

13.1. O prazo, local e forma de entrega estão previstos no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

14. DO RECEBIMENTO

14.1. Os critérios de recebimento do material estão previstos no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

15. DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

15.1. Os critérios de acompanhamento e da fiscalização estão previstos no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

16. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DA CONTRATADA

16.1. As obrigações do Contratante e da Contratada estão previstos no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

17. DO REAJUSTE

17.1. O Preço será fixo e irrevogável.

18. DO PAGAMENTO

18.1. O pagamento será efetuado em conformidade com o especificado no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1. Aquele que, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não retirar a nota de empenho, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer

fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União e, será descredenciado no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no edital e no contrato e das demais cominações legais.

19.2. No caso de descumprimento de qualquer obrigação editalícias, poderá a Administração aplicar multa, graduável entre 1% e 10% do valor total do empenho conforme a gravidade do fato apurado em processo administrativo no qual serão assegurados o contraditório e a ampla defesa.

19.3. A contratada que inadimplir as obrigações assumidas no todo ou em parte, ficará sujeita às sanções e ao pagamento de multas previstas, conforme o caso, no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

20. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

20.1. Até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

20.2. Os pedidos de impugnação deverão ser enviados por meio eletrônico para o e-mail licitacoes@ibict.br e ainda protocolados no serviço de Protocolo deste Instituto no seguinte endereço: SAS Quadra 05 – Bloco H – Lote 06, Térreo, Brasília-DF, sendo conhecidos SOMENTE A PARTIR da data de protocolização.

20.3. Não serão reconhecidas as impugnações enviadas por fax.

20.4. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas.

20.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico, no endereço indicado acima.

20.6. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

20.7. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão entranhados nos autos do processo licitatório e disponibilizadas no endereço eletrônico www.comprasnet.gov.br, por meio do link Acesso livre>Pregões>Agendados, para conhecimento da sociedade em geral e dos fornecedores, cabendo aos interessados em participar do certame acessá-lo para a obtenção das informações prestadas.

21. DOS RECURSOS

21.1. Declarada à vencedora, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer (art. 26 do Decreto 5.450/05).

21.2. Havendo a intenção, será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentar as razões de recurso, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas para, querendo, apresentarem contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo da

recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses (art.26- Decreto 5.450/05) em campo próprio do sistema.

21.3. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará a decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pelo Pregoeiro à vencedora.

21.3.1. Intenção motivada de recorrer é aquela que identifica, objetivamente, os fatos e o direito que a licitante pretende que sejam revistos pela autoridade superior àquela que proferiu a decisão.

21.3.2. Não serão conhecidos os recursos interpostos sem manifestação prévia, em campo próprio do sistema, no ato da sessão pública ou fora dos respectivos prazos legais, bem como os enviados por fax.

21.3.3. O simples pedido de vistas aos autos não representa motivo suficiente para manifestar intenção de recursos, uma vez que o processo estará à disposição dos participantes, conforme item 21.7, e, as propostas apresentadas disponíveis para consulta através do sistema Comprasnet.

21.4. O encaminhamento do registro de recurso, bem como da contrarrazão de recurso, são possíveis **somente por meio eletrônico (Comprasnet)**, conforme estabelece o art. 26 ° do Decreto n.º 5.450/2005.

21.5. Se não reconsiderar sua decisão, o Pregoeiro submeterá o recurso devidamente informado à consideração da autoridade superior, que proferirá decisão definitiva antes da homologação do procedimento licitatório.

21.6. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

21.7. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na Divisão de Material e Patrimônio, localizada na SAS Quadra 5 Bloco H Lote 6, sala 301, em Brasília-DF, nos dias úteis, no horário de 9:00 às 12:00 e de 14:00 às 17:30 horas.

22. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

22.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

22.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

23. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

23.1. Após a homologação da licitação, será emitida Nota de Empenho como instrumento equivalente ao termo de contrato, cuja vigência será de 02 (dois) meses contados de sua assinatura, não podendo ser prorrogado.

23.2. O adjudicatário terá o prazo de 2 (dois) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para aceitar a nota de empenho sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

23.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o IBICT para o aceite da Nota de empenho, a Administração poderá encaminhá-lo para aceite do adjudicatário, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja aceito no prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

23.3. O prazo previsto no subitem 23.2 poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

23.4. Antes da emissão da Nota de empenho, a Administração realizará consulta "on line" ao SICAF, cujo resultado será anexado aos autos do processo.

23.5. Se o adjudicatário, no ato da emissão da Nota de Empenho, não comprovar que mantém as mesmas condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se ao aceite, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada à ordem de classificação, para, após a verificação da aceitabilidade da proposta, negociação e comprovados os requisitos de habilitação, celebrar a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais.

24. DO FORO

24.1. Para dirimir as dúvidas e/ou conflitos oriundos da execução desta CONTRATAÇÃO que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no foro da cidade de Brasília-DF, Seção Judiciária do Distrito Federal.

25. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

25.1. É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade competente, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução de assunto relacionado ao presente procedimento licitatório, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar da proposta.

25.2. A critério do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia a presente licitação poderá ser:

25.2.1. Adiada, por conveniência exclusiva da Administração;

25.2.2. Revogada, a juízo da Administração, se for considerada inoportuna ou inconveniente ao interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta;

25.2.3. Anulada, se houver ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

25.3. A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do Pregão constarão de Ata divulgada no sistema eletrônico, sem prejuízo das demais formas de publicidade previstas no art. 30 do Decreto nº 5.450/2005 e na legislação pertinente.

25.4. Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital e seus Anexos a licitante será declarada vencedora da licitação, sendo-lhe adjudicado o objeto da licitação e submetido à autoridade competente para homologação.

25.5. Constatada a regularidade dos atos e procedimentos, decididos os recursos se houver, a autoridade competente adjudicará e homologará a licitação para determinar a contratação.

25.6. As decisões do Pregoeiro somente serão consideradas definitivas após homologação pela autoridade.

25.7. A contagem dos prazos estabelecidos neste Edital excluirá o dia do início e incluirá o vencimento. No caso do início ou vencimento do prazo recair em dia que não haja expediente no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, o termo inicial ou final se dará no primeiro dia útil subsequente.

25.8. Este Edital deverá ser lido e interpretado na íntegra e após apresentação da documentação e da proposta, não serão aceitas alegações de desconhecimento ou discordância de seus termos.

25.9. As proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação, obrigando-se a declarar, sob as penalidades legais, a superveniência de fatos impeditivos da habilitação, nos termos do § 2º art. 32 da Lei 8.666/93.

25.10. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

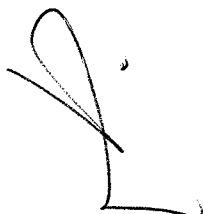
25.11. Quando for o caso, a proponente que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado.

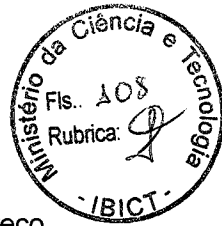
25.12. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento do interesse da Administração.

25.13. Acompanham este Edital os seguintes Anexos:

Anexo I – Termo de Referência;


Anexo II – Minuta da Ordem de Serviço.





25.14. Após a homologação, o resultado da licitação será disponibilizado no endereço eletrônico www.comprasnet.gov.br, por meio do link Acesso livre>Consulta>Resultados de Licitações, (código UASG 240121) para conhecimento da sociedade em geral e dos fornecedores, não implicando ainda o direito à contratação.

Brasília, 14 de maio de 2013.



REGINALDO DE ARAÚJO SILVA
ORDENADOR DE DESPESAS
Portaria nº 014/2010



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO – MCTI
INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA – IBICT
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO

ANEXO I do EDITAL

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de diagramação e impressão gráfica, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. Quadro de descrições e quantidades:

ITEM	DESCRIÇÃO DETALHADA	UNIDADE DE MEDIDA (PÁGINAS E/OU EXEMPLARES)	QTD.	Valor Máximo Aceitável
1	Revista Inclusão Social: Diagramação, Inclusão Social v. 6 n.1 julho/dezembro 2012.	PG.	350 páginas aproximadamente (cotar por página)	4.876,67
2	Revista Inclusão Social: Impressão, Inclusão Social v. 6 n.1 julho/dezembro 2012.	UN.	500	17.053,34
3	Revista: Impressão, Ciência da Informação v. 40 n. 3 setembro/dezembro 2011.	UN.	400	16.646,68
TOTAL				38.576,69

1.3. Os serviços a serem contratados enquadram-se na definição de comuns conforme disposto no Art. 1º da Lei 10.520/02, podendo ser adotada a licitação na modalidade de pregão, pois os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos.

1.4. A prestação de serviços não gera vínculo empregatício entre empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize personalidade e subordinação direta.

2. ESPECIFICAÇÃO / PRAZO, LOCAL E FORMA DE ENTREGA / RECEBIMENTO DOS ITENS

ITEM 1: Diagramação da revista, para impressão gráfica e eletrônica, Inclusão Social v.6 n.1 julho/dezembro 2012.

- Formato: 20 x 26,5
- Número de páginas impressas: 350 páginas aproximadamente – cotar por página.
- Revisão de originais e provas: IBICT.
- Contato: Regina Coeli – Fone: (61) 3217-6231/6452

O serviço deverá ser concluído no prazo de 05 dias úteis, contados da data do recebimento da nota de empenho/ordem de serviço conforme descrito nas etapas abaixo:

Etapas 1:	03 (três) dias úteis para confecção da prova digital do miolo.
Etapas 2:	02 (dois) dias úteis para a editoração eletrônica, tratamento de imagens e limpeza dos textos.

O recebimento do produto poderá ser encaminhado em suporte eletrônico e CD-ROM, sendo o mesmo avaliado pela Coordenação de Editoração do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia com o objetivo de verificar sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e serão recebidos:

Provisoriamente – no ato da entrega, para posterior verificação da conformidade dos materiais com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta da empresa.

Definitivamente – no prazo máximo de até 15 (quinze) dias úteis, contados a partir do recebimento provisório e após a verificação da conformidade qualitativa e quantitativa dos serviços.

ITEM 2: Impressão de 500 (quinhentos) exemplares da revista Inclusão Social v.6 n.1 julho/dezembro 2012.

- Formato aberto: 40,5 x 26,5cm
- Formato fechado: 26,5 x 20 cm
- Lombada: 1 cm
- Papel alta alvura 300g
- Laminação BOPP
- Baixo Relevo: 20X20
- Cores: pantone 805C - pantone 803C
- Papel/miolo: off set 75g . Será exigido papel oriundo de reflorestamento, com certificado "FSC" (Forest Stewardship Council) Conselho de Manejo Florestal;
- Impressão/miolo: 4X4 cores (a combinar)
- Acabamento: brochura, colado a quente
- Número de páginas: 280 aproximadamente – cotar por página
- Arquivo: fornecido pelo contratante/IBICT

- Prova de cor: será exigida prova de cor da capa
- Prova: a empresa vencedora deverá fornecer prova de todo o material

O serviço deverá ser concluído no prazo máximo de dez dias úteis a partir da data do recebimento da nota de empenho /ordem de serviço conforme descrito nas etapas abaixo descritas:

Etapa 1:	02 (dois) dias úteis para confecção da prova digital.
Etapa 2:	04 (quatro) dias úteis para a deliberação da prova pela editoração do Ibict.
Etapa 3:	04 (quatro) dias úteis para a conclusão do serviço de impressão gráfica.

A contratada deverá providenciar a embalagem dos produtos em caixas de papelão, com a espessura adequada ao tipo e peso do material, a fim de evitar avarias ou deteriorações durante o transporte até seu destino final.

A embalagem deverá resistir ao manuseio, ainda que sob condições severas; à exposição a extremas temperaturas; maresia e chuva durante seu transporte e armazenagem ao relento.

As embalagens deverão estar identificadas com a descrição e quantidade de material contido

O recebimento do produto deverá ser efetuado pela Coordenação de Editoração do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia com o objetivo de verificar sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e serão recebidos:

Provisoriamente – no ato da entrega, para posterior verificação da conformidade dos materiais com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta da empresa.

Definitivamente – no prazo máximo de até 12 (doze) dias úteis, contados a partir do recebimento provisório e após a verificação da conformidade qualitativa e quantitativa dos serviços.

ITEM 3 : Impressão de 400 (quatrocentos) exemplares da revista Ciência da Informação v.40 n.3 setembro/dezembro 2011.

- Quantidade: 400 (quatrocentos) exemplares
- Formato fechado: 26,5 x 20 cm
- Lombada 0,5 cm
- Formato aberto: 40,5 x 26,5cm
- Papel/ capa: papel couchê 300g
- Laminação BOPP, SOFT TOUCH
- Cores: 2/0
 - pantone 3298C (para o canal PRETO).
 - pantone especial dourado 871C (para o canal AMARELO).
- Papel/miolo: off set 75g . Será exigido papel oriundo de reflorestamento, com certificado "FSC" (Forest Stewardship Council) Conselho de Manejo Florestal;
- Impressão/miolo: 4X4 cores (a combinar)
- Acabamento: brochura, colado a quente
- Número de páginas: 250 aproximadamente – cotar por página
- Arquivo: fornecido pelo contratante/IBICT
- Prova de cor: será exigida prova de cor da capa

- Prova: a empresa vencedora deverá fornecer prova de todo o material.

O serviço deverá ser concluído no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a partir da data do recebimento da nota de empenho /ordem de serviço conforme descrito nas etapas abaixo descritas:

Etapa 1:	02 (dois) dias úteis para confecção da prova digital.
Etapa 2:	04 (quatro) dias úteis para a deliberação da prova pela editoração do Ibict.
Etapa 3:	04 (quatro) dias úteis para a conclusão do serviço de impressão gráfica.

A contratada deverá providenciar a embalagem dos produtos em caixas de papelão, com a espessura adequada ao tipo e peso do material, a fim de evitar avarias ou deteriorações durante o transporte até seu destino final.

A embalagem deverá resistir ao manuseio, ainda que sob condições severas; à exposição a extremas temperaturas; maresia e chuva durante seu transporte e armazenagem ao relento.

As embalagens deverão estar identificadas com a descrição e quantidade de material contido.

O recebimento do produto deverá ser efetuado pela Coordenação de Editoração do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia com o objetivo de verificar sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e serão recebidos:

Provisoriamente – no ato da entrega, para posterior verificação da conformidade dos materiais com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta da empresa.

Definitivamente – no prazo máximo de até 12 (doze) dias úteis, contados a partir do recebimento provisório e após a verificação da conformidade qualitativa e quantitativa dos serviços.

OBS: Os produtos deverão ser entregues no endereço: SAS Quadra 5, Lote 06 Bloco "H", Sala 305, Editoração, CEP: 70.070-912, em Brasília – DF, no horário de 09:00 às 11:30 e de 14:00 às 17:00 horas.

3. CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTARIA

3.1. As despesas decorrentes da aquisição dos materiais para o IBICT correrão à conta dos recursos específicos consignados ao Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Ação: 2000 para o exercício de 2013, cujo programa de trabalho e elemento de despesa específico deverá constar da respectiva Nota de Empenho.

4. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.1. São obrigações da Contratante:

4.1.1 Permitir acesso dos empregados da Empresa ao Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia quando da entrega do produto, devidamente identificados;

- 4.1.2 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela empresa, quando necessários ao fornecimento do objeto;
- 4.1.3 Comunicar a empresa qualquer falha e/ou irregularidade no fornecimento do material;
- 4.1.4 Solicitar a substituição do produto que apresentar defeito de fabricação ou que por ventura tenha sido danificado no momento do transporte, durante a verificação de conformidade e/ou no decorrer de sua utilização;
- 4.1.5 Atestar a(s) Nota(s) Fiscal(is) correspondente(s), por intermédio do servidor designado para esse fim;
- 4.1.6 Efetuar o pagamento à Empresa, desde que verificada a adequação do serviço prestado com as especificações constantes neste Termo de Referência.

5. DO PAGAMENTO

- 5.1. O pagamento será efetuado pelo CONTRATANTE após o recebimento definitivo do material, no valor referente aos serviços efetivamente realizados, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pelos Fiscais responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização dos serviços, sendo efetuada a retenção de tributos e contribuições sobre o pagamento a ser realizado conforme determina a legislação vigente.
- 5.2. Para fazer jus ao pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar junto às Notas Fiscais, comprovações de sua adimplência com a Seguridade Social (Certidão Negativa de Débito da Previdência Social), com FGTS (Certificado de Regularidade do FGTS), bem como a quitação de impostos e taxas que porventura incidam sobre a contratação, inclusive quanto ao ISSQN.
- 5.3. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei nº 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 5.4. A apresentação da Nota Fiscal/Fatura deverá ocorrer no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado da data final do período de adimplemento da parcela da contratação a que aquela se referir, devendo estar acompanhada dos documentos mencionados no §1º do art. 36 da IN/SLTI nº 02, de 2008.
- 5.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, a respectiva Nota Fiscal/Fatura será restituída a CONTRATADA para as correções necessárias e o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o CONTRATANTE.
- 5.6. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação aos serviços efetivamente prestados, devidamente acompanhada das comprovações mencionadas no §1º do art. 36, da IN/SLTI nº 02, de 2008.

5.7. Nos termos do artigo 36, § 6º, da Instrução Normativa MPOG nº 02, de 2008, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a CONTRATADA:

- a) não produziu os resultados acordados;
- b) deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
- c) deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

5.8. Não haverá sob hipótese alguma, pagamento antecipado a CONTRATADA.

5.9. O pagamento será efetuado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta correntes indicados pela CONTRATADA. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária.

5.10. Quando do pagamento será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.11. A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, exclusivamente para as atividades de prestação de serviços previstas nos §§5º-B a 5º-E, do artigo 18, da LC 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, observando-se as exceções nele previstas. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

5.12. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo CONTRATANTE, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos Moratórios;

VP = Valor da parcela a ser paga;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{(TX/100)I}{365} = \frac{(6/100)I}{365} = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

5.13. Na contagem dos prazos estabelecidos neste item excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento, só se iniciando e se vencendo os prazos em dia de expediente no IBICT.

5.14. Será descontado dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE, a favor da CONTRATADA, as multas que por ventura lhe tenham sido aplicadas. Caso não existam créditos, o valor correspondente a multa será descontado da garantia contratual (se houver) sendo que, se a multa imposta for superior aos valores da garantia prestada ou dos créditos devido a CONTRATADA, além da perda da garantia e/ou dos créditos, a diferença será cobrada por meio de Guia de Recolhimento da União - GRU.

5.15.1 O não pagamento da multa implica inscrição da CONTRATADA na Dívida Ativa da União.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. Prestar os serviços dentro do prazo fixado, em conformidade com as especificações exigidas neste Termo de Referência e da proposta de preços apresentada;

6.2. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, atendendo prontamente a quaisquer reclamações;

6.3. Responder por quaisquer danos causados diretamente ao produto ou a outros bens de propriedade do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia quando esses tenham sido ocasionados por seus funcionários durante a prestação do serviço de entrega do produto;

6.4. Arcar com a despesa decorrente de qualquer infração, desde que praticada por seus empregados nas dependências do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia;

6.5. A CONTRATADA sujeitar-se-á às disposições do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990).

7. DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

7.1. Acompanhamento e fiscalização do ajuste celebrado entre a União, por intermédio do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, e a pessoa jurídica vencedora do certame licitatório, tendo por objeto a diagramação e impressão dos itens citados no item 1.2, conforme especificações técnicas contidas neste Termo de Referência. Devendo ser observado o disposto nos arts. 58, inciso III, 66, 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

7.1.1 São atribuições do Gestor do Contrato/Fiscal Operacional do Contrato/ Fiscal de Liquidação do Contrato:

- a) coordenar e comandar o processo de acompanhamento e fiscalização da execução do contrato, compreendendo as atividades relacionadas à organização e formalidade contratual ou do instrumento equivalente;

- b) promover a manifestação formal de ocorrências de incidentes na execução do contrato e sugerir à Coordenação de Administração a aplicação de sanções contratuais;
- c) acompanhar e fiscalizar as atividades relacionadas às operações, especialmente no que tange a execução das tarefas logísticas, a qualidade e quantidade do produto impresso pela CONTRATADA, de acordo com as especificações previstas no instrumento convocatório, contrato, termo de referência ou instrumentos equivalentes;
- d) acompanhar a vigência do prazo de execução do serviço contratado;
- e) receber, provisória e/ou definitivamente, o objeto do contrato nos prazos e condições estabelecidos no instrumento convocatório, cabendo-lhe verificar se o produto impresso está de acordo com o contratado;
- f) acionar a CONTRATADA no caso de serviço em desacordo com o Termo de Referência, para proceder à devida correção;
- g) promover apontamentos no livro de ocorrências contratual e adotar providências;
- h) conferir os dados das notas fiscais/faturas antes de atestá-las, promovendo as eventuais correções devidas, e arquivar cópia junto aos demais documentos pertinentes;
- i) receber e atestar as notas fiscais/faturas correspondentes ao adimplemento das obrigações pela CONTRATADA, encaminhando-as ao setor competente para a liquidação da despesa;
- j) verificar a validade, vigência e liberação da garantia contratual, quando for o caso.
- k) conferir os cálculos das notas fiscais/faturas de pagamento;
- l) proceder à liquidação da nota fiscal/fatura, com fundamento nas cláusulas contratuais e nos demais instrumentos pertinentes;

7.2. O Gestor/Fiscal do Contrato exercerá suas atividades em conformidade com a legislação em vigor e exclusivamente dentro de suas áreas de atuação.

7.3. A fiscalização acima mencionada não exclui nem reduz a responsabilidade da empresa, inclusive perante terceiros por qualquer irregularidade, ou ainda, resultante de imperfeições técnicas ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, nas ocorrências desta, não implica em corresponsabilidade do IBICT.

8. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Aquele que, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não retirar a nota de empenho, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do objeto, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União e, será descredenciado no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de

fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no edital e neste Termo de Referência e das demais cominações legais.

8.2. No caso de descumprimento de qualquer obrigação editalícia poderá a Administração aplicar multa, graduável entre 1% e 20% do valor total da proposta conforme a gravidade do fato apurado em processo administrativo no qual serão assegurados o contraditório e a ampla defesa.

8.3. A CONTRATADA que inadimplir as obrigações assumidas no todo ou em parte, ficará sujeita às sanções e ao pagamento de multas previstas, conforme o caso, neste Termo de Referência.

8.4. Pela inexecução total ou parcial do objeto do presente Contrato, erros de execução, mora na execução dos serviços, o CONTRATANTE poderá aplicar a CONTRATADA, as seguintes sanções:

I. Advertência por escrito;

II. Multa de 0,5% (meio por cento) ao dia, calculada sobre o valor da contratação e até o 5º dia corrido, nos seguintes casos:

a) não alocação dos recursos humanos necessários e suficientes, até o prazo estipulado neste contrato para o início da execução de qualquer dos serviços requisitados;

b) não atendimento aos prazos solicitados para a realização de serviços relacionados ao objeto da presente contratação ou a realização de serviços em desacordo com as normas e regulamentos que regem a matéria a eles relacionados;

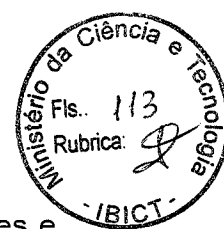
c) não atendimento, nos prazos solicitados, das recomendações e/ou determinações emanadas da fiscalização e/ou da Administração e, ainda, o não cumprimento ou o cumprimento intempestivo de quaisquer das cláusulas pactuadas neste instrumento;

d) a partir do 6º (sexto) dia, sem que seja solucionada a pendência, a Administração poderá considerar como inexecução total dos serviços, podendo incidir as demais sanções previstas neste instrumento, inclusive a multa a que se refere o inciso III abaixo.

III. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor global do Contrato, no caso de ocorrer a inexecução total dos serviços, o que ensejará a rescisão do Contrato, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 8.666/93;

IV. Impedimento de licitar e contratar com a União pelo período de até 5 (cinco) anos, na forma prevista no art. 7º da Lei nº 10.520/2002.

V. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a



CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

- 8.5. As sanções de multa poderão ser aplicadas juntamente com as demais penalidades, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.
- 8.6. No caso de aplicação de multa contratual, o CONTRATANTE poderá reter a liberação ou restituição da garantia contratual apresentada pela CONTRATADA, de forma a assegurar o adimplemento da penalidade pecuniária aplicada.
- 8.7. Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração. Havendo, ainda, alguma diferença remanescente, o valor será cobrado administrativamente, podendo, inclusive, ser inscrito como dívida ativa e cobrado judicialmente.
- 8.8. Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso da execução dos serviços advir de caso fortuito ou motivo de força maior.
- 8.9. A sanção de declaração de inidoneidade é de competência exclusiva do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.
- 8.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa a CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e, subsidiariamente, na Lei nº 9.784, de 1999.
- 8.11. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 8.12. A penalidade aplicada será obrigatoriamente registrada no SICAF, sem prejuízo das demais cominações legais.

9. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 9.1.** A Nota de Empenho de despesa terá força de contrato, conforme prevê o art. 62 da Lei nº 8.666/93.
- 9.2.** Para composição do valor estimado foi utilizada a média aritmética simples de 03 (três) propostas de fornecedores do ramo pertinente, totalizando os três itens o valor de R\$ 38.576,69 (trinta e oito mil, quinhentos e setenta e seis reais e sessenta e nove centavos) que corresponde ao valor máximo aceitável a ser contratado.

Brasília-DF, de de 2013.

RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

Regina Coeli S. Fernandes
Coordenação de Editoração
PO 638/06



**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - MCTI
INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA – IBICT
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO**

ANEXO II do EDITAL

MINUTA DA ORDEM DE SERVIÇO – Nº ____/2013
DATA ____/____/____

Autoriza-se à proponente adjudicatária a executar os serviços a seguir discriminados:

NOTA DE EMPENHO Nº ____ NE _____/2013

1. Do Objeto:

1.1. Contratação de empresa para prestação de serviços de diagramação e impressão gráfica. A licitação será dividida em três itens, conforme especificado no Termo de Referência, Anexo I do Edital, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. Prazos de execução

O prazo de execução do objeto é de ____ (____) dias corridos, contados do recebimento da Nota de Empenho, em remessa única e será entregue no seguinte endereço:

a) IBICT - Unidade de Brasília (Itens 1 a 03):

Endereço: SAS Quadra 5, Lote 06, Bloco "H", Sala 305, Editoração, CEP: 70.070-912, em Brasília – DF, no horário de 09:00 às 11:30 e de 14:00 às 17:00 horas.

OBS: Os dados desta ordem de serviço serão preenchidos de acordo com as especificações de cada item variando o tipo de prestação de serviço e a quantidade de dias para execução do objeto (**excluir esta observação ao preencher este formulário**).

Brasília, ____ de ____ de 2013.



EMISSAO : 05Jun13 NUMERO: 2013NE800204 ESPECIE: EMPENHO DE DESPESA
EMITENTE : 240121/00001 - INST.BRAS.DE INFORM. EM CIENCIA E TECNOLOGIA
CNPJ : 04082993/0001-49 FONE: 3217-6150 3217-6495 / 3317-8166
ENDERECO : SAS Q.05 BL.'H" LOTE 06
MUNICIPIO : 9701 - BRASILIA UF: DF CEP: 70070-914

CREDOR : 02047027/0001-65 - LUIS FERNANDO DA SILVA VIEIRA - ME
ENDERECO : SIG QD 04 LT 625 PARTE BRASILIA
MUNICIPIO : 9701 - BRASILIA UF: DF CEP: 70610-440

TAXA CAMBIO:

OBSERVACAO / FINALIDADE

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS GRÁFICOS. PROC ORIGEM: 2013P R00003

CLASS : 1 24101 19573202141320001 064508 0100000000 339039 240121 41320000001

TIPO : ORDINARIO MODALIDADE DE LICITACAO: PREGAO

PARO: INCISO: PROCESSO: 01210000743201308

MUNICIPIO BENEFICIADO: DF /

ORIGEM DO MATERIAL :

REFERENCIA DA DISPENSA: NUM. ORIG.:

VALOR EMPENHO : 29.662,00

VINTE E NOVE MIL, SEISCENTOS E SESENTA E DOIS REAIS*****

ESPECIFICACAO DO MATERIAL OU SERVICO

ND: 339039 SUBITEM: 63 -SERVICOS GRAFICOS E EDITORIAIS

SEQ.: 1 QUANTIDADE: 1 VALOR UNITARIO: 2.000,00
VALOR DO SEQ. : 2.000,00

DIAGRAMACAO ELETRONICA E PROJETO GRAFICO
000025330

Diagramação da revista Inclusão Social v. 6 n.1 julho/dezembro 2012, 350 páginas aproximadamente - cotar por página. Verificar descrição completa conforme especificação do Termo de Referência - Anexo I do Edital.

SUBTOTAL : 2.000,00

N O T A D E E M P E N H O

PAGINA: 2



EMISSAO : 05Jun13 NUMERO: 2013NE800204 PROCESSO: 01210000743201308
 EMITENTE : 240121/00001 - INST.BRAS.DE INFORM. EM CIENCIA E TECNOLOGIA
 CREDOR : 02047027/0001-65 - LUIS FERNANDO DA SILVA VIEIRA - ME
 ESPECIFICACAO DO MATERIAL OU SERVICO

SEQ.: 2 QUANTIDADE: 500 VALOR UNITARIO: 28,36
 VALOR DO SEQ. : 14.180,00

EDICAO / IMPRESSAO OBRAS PUBLICAS - LIVRO / REVISTA / PERIO-
 DICO 000019275

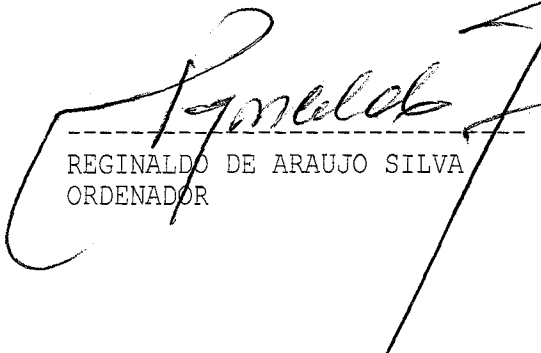
Impressão de 500 (quinhentos) exemplares da revista Inclusão Social v.6 n.1 ju
 lho/dezembro 2012. Verificar descrição completa conforme especificação do Term
 o de Referência - Anexo I do Edital.

SEQ.: 3 QUANTIDADE: 400 VALOR UNITARIO: 33,70
 VALOR DO SEQ. : 13.482,00

EDICAO / IMPRESSAO OBRAS PUBLICAS - LIVRO / REVISTA / PERIO-
 DICO 000019275

Impressão de 400 (quatrocentos) exemplares da revista Ciência da Informação v.
 40 n.3 setembro/dezembro 2011. Verificar descrição completa conforme especific
 ação do Termo de Referência - Anexo I do Edital.

T O T A L : 29.662,00


 REGINALDO DE ARAUJO SILVA
 ORDENADOR


 GILBERTO DOMINGOS CARMO
 GESTOR FINANCEIRO

RECEBIDO
 EM 06/06/2013
 ASS. Prof. [assinatura]

